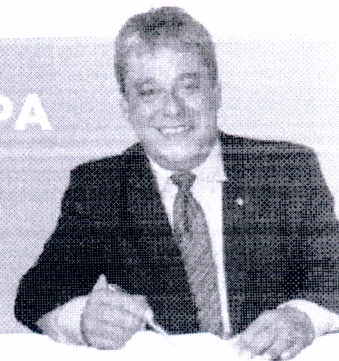


GABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS
LÍDER DA BANCADA DO PSB



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO CIDADANIA, JUSTIÇA
E ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CCCJAI

MATÉRIA: Projeto nº 034/2023

PROMOVENTE: Ver. Enrique Civeira

ASSUNTO: Dispõe sobre a publicidade de informações relacionadas às Emendas Parlamentares, que destinam recursos ao município de Sant'Ana do Livramento.

PARECER

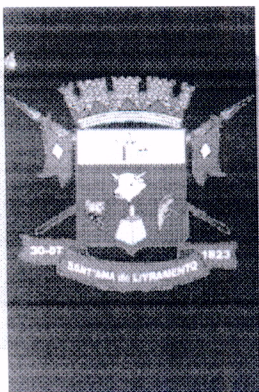
APROVADO
Comissão de Constituição, Justiça e
Assuntos Internacionais
☒ POR UNANIMIDADE ☐ POR MAIORIA
Em 21 / 03 / 2023
Presidente

Trata-se de Projeto de Lei, que dispõe sobre a publicidade de informações relacionadas às Emendas Parlamentares, que destinam recursos ao município de Sant'Ana do Livramento. A matéria vem instruída com o texto e justificativa. Nas fls. 04/05, o vereador proponente apresentou emenda modificativa. Cumpriu pauta na forma regimental. A matéria chegou para a Comissão acima mencionada e designada a este edil para parecer.

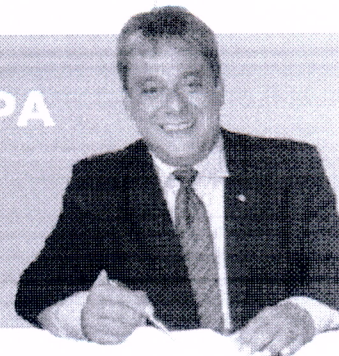
É o relato do essencial.

O presente projeto de lei, tem como base a transparência administrativa, que nos julgados e em Tese de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, concluiu que é concorrente entre legislativo e executivo, matérias nesse sentido, observa-se:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 287 DO SUPREMO TRIBUNAL



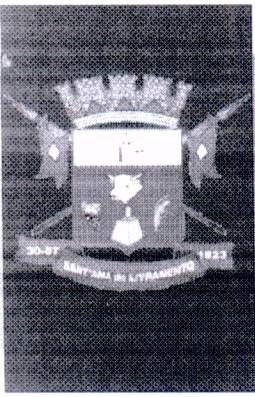
GABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS
LÍDER DA BANCADA DO PSB



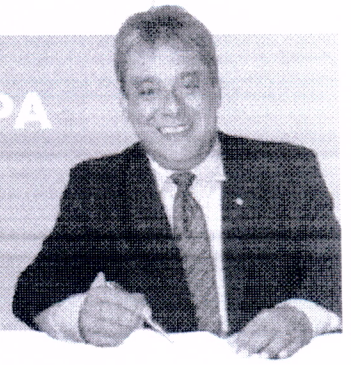
FEDERAL. CONSTITUCIONAL. CONTROLE CONCENTRADO. LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA PARLAMENTAR. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO HARMÔNICO COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO” (ARE n. 854.430-AgR, Min. Carmem Lúcia, Segunda Turma, DJe 16.12.2015).

Outrossim, já há decisão do STF em caso análogo ao referido projeto de lei, que determina a divulgação dos contratos administrativa, vejamos:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 11.521/2000 do Estado do Rio Grande do Sul. Obrigação do Governo de divulgar na imprensa oficial e na internet dados relativos a contratos de obras públicas. Ausência de vício formal e material. Princípio da publicidade e da transparência. Fiscalização. Constitucionalidade. 1. O art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal atribuiu à União a competência para editar normas gerais de licitações e contratos. A legislação questionada não traz regramento geral de contratos administrativos, mas simplesmente determina a publicação de dados básicos dos contratos de obras públicas realizadas em rodovias, portos e aeroportos. Sua incidência é pontual e restrita a contratos específicos da administração pública estadual, carecendo, nesse ponto, de teor de generalidade suficiente para caracterizá-la como norma geral. 2. Lei que obriga o Poder Executivo a divulgar na imprensa oficial e na internet dados relativos a contratos de obras públicas não depende de iniciativa do chefe do Poder Executivo. A lei em questão não cria, extingue ou modifica órgão administrativo, tampouco confere nova atribuição a órgão da administração pública. O fato de a regra estar dirigida ao Poder Executivo, por si só, não implica que ela



GABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANTANA DO LIVRAMENTO - RS
LÍDER DA BANCADA DO PSB



deva ser de iniciativa privativa do Governador do Estado. Não incide, no caso, a vedação constitucional (CF, art. 61, § 1º, II, e).

3. A legislação estadual inspira-se no princípio da publicidade, na sua vertente mais específica, a da transparência dos atos do Poder Público. Enquadra-se, portanto, nesse contexto de aprimoramento da necessária transparência das atividades administrativas, reafirmando e cumprindo o princípio constitucional da publicidade da administração pública (art. 37, caput, CF/88).

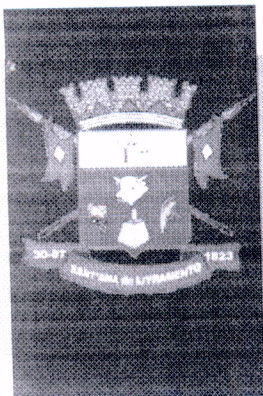
*4. **É legítimo que o Poder Legislativo, no exercício do controle externo da administração pública, o qual lhe foi outorgado expressamente pelo poder constituinte, implemente medidas de aprimoramento da sua fiscalização, desde que respeitadas as demais balizas da Carta Constitucional, fato que ora se verifica.***

5. Não há ocorrência de violação aos ditames do art. 167, I e II, da Carta Magna, pois o custo gerado para o cumprimento da norma seria irrisório, sendo todo o aparato administrativo necessário ao cumprimento da determinação legal preexistente.

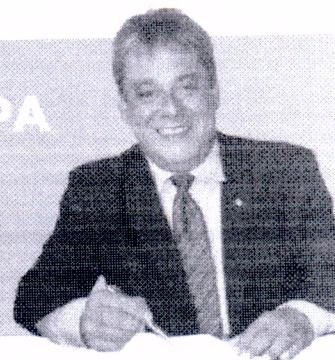
6. Ação julgada improcedente” (ADI n. 2.444, Relator o Ministro Dias Toffoli, Plenário, DJe 2.2.2015).

Ainda assim, a função do vereador, além de legislar, é exercer o controle externo do Poder Executivo, por meio da fiscalização de seus atos. Da mesma forma, com o advento da Lei da Transparência (Lei 12.527/2011), o cidadão deverá ter acesso aos gastos públicos, fato que ora se verifica.

Com base nos julgados, assentados pela mais alta corte do nosso país, realizando o Controle Concentrado de Constitucionalidade, reconheço a competência do edil para propor o PL em voga.

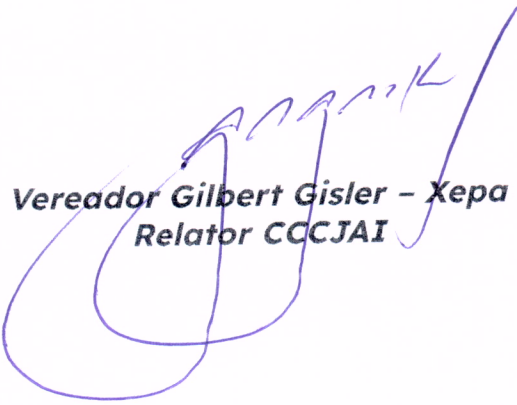


CABINETE GILBERT GISLER - XEPA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS
LÍDER DA BANCADA DO PSB



Desta forma, ANTE TODO EXPOSTO, pela
CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e REGIMENTALIDADE do
Projeto de Lei, encerra seu parecer e recomenda a TRAMITAÇÃO da
matéria na forma regimental.

Sant'Ana do Livramento-RS, 21 de março de 2023.


Vereador Gilbert Gisler - Xepa
Relator CCCJAI